



## Uma história do jornalismo

BARRERA, Carlos (coord.). *Historia del periodismo universal*. Barcelona: Ariel Comunicación, 2004. 424 p.

É possível que muitos leitores não saibam, mas o primeiro a chamar a imprensa de “quarto poder”, algo que na atualidade se estende aos meios de comunicação em geral, foi o político conservador inglês Edward Burke, em um passado tão remoto como o ano 1787. Desta forma, os vínculos entre o jornalismo e os interesses políticos econômicos, com a palavra sendo uma verdadeira arma nas lutas por estes domínios, mais que um fato da atualidade presente é a base mesmo desta expressão cultural e deste fenômeno tão característico da modernidade.

Esta é a principal constatação que o leitor tem ao avançar na leitura da *Historia del periodismo universal*, organizada por Carlos Barrera, professor de jornalismo e história política da Espanha na Universidade de Navarra, que reúne a treze autores de distintos países, todos especialistas universitários na história da comunicação. Segundo as próprias palavras do autor, o objetivo do livro é primordialmente didático, com a intenção de servir de manual universitário que permita organizar e sistematizar a evolução do jornalismo e de suas diferentes modalidades ao longo da história. Uma tarefa difícil, já intuída pelo amplo índice, que parte da origem remota do jornalismo no século XVII e chega aos tempos do jornalismo digital em internet, com a análise desta evolução em diferentes países, em seus principais momentos históricos.

Devido a esta extensão de cobertura e ao fato de que, no caso de adoção de definições amplas para o conceito de jornalismo e dos temas relacionados, o livro resultaria impraticável, em sua apresentação o autor postula as pautas que regem esta iniciativa. Assim, o conceito assumido de jornalismo é um de caráter clássico, limitando-se a suas três principais formas – a imprensa, o rádio e a televisão – e evitando outras formas de comunicação social. Outro preceito lógico é tratar os casos da Espanha e do continente latino-americano, incluído o Brasil, relacionando-os com as principais orientações do jornalismo demarcadas pelos países de referência.

A obra está dividida em duas grandes partes. A primeira analisa como despontou o jornalismo e se desenvolveram seus princípios básicos, começando pelo Século das Luzes (ainda que se façam breves referências aos seus antecedentes mais antigos) e chegando às bordas do século XX. O primeiro capítulo aborda principalmente como as primeiras gazetas, propulsadas pela invenção dos tipos de impressão de Gutenberg, apareceram como resultado dos movimentos de liberação política, ocasionando desde o início um vínculo com a questão da liberdade de imprensa e relações de conflito ou convivência com o poder reinante. Posteriormente, ajustaram-se a uma demanda de informação gerada pela curiosidade e a um afã de lucro, já estabelecendo um enfrentamento que se observa na atualidade, a dicotomia entre a precisão e a espetaculosidade. Os capítulos seguintes estão dedicados ao desenvolvimento da imprensa nos países pioneiros neste campo, como França, Inglaterra e Estados Unidos, destacando os avanços técnicos e o surgimento de uma indústria associada (por exemplo, as agências de notícias), que permitiram a institucionalização do jornalismo. Por último, também são dedicados capítulos aos países ibero-americanos, relacionando a formação algo tardia do jornalismo nestes contextos, ainda que como forma de representação dos movimentos de independência nacionais.

Na segunda parte analisa-se a trajetória desta forma de comunicação e de como ela contribuiu para o estabelecimento da chamada Sociedade da Informação. Uma vez firmados os

princípios básicos do jornalismo, como atividade intelectual e como empresa, descrevem-se os “impérios” da comunicação de massas que ainda hoje sobrevivem, baseados na imprensa e com um papel influente, até mesmo decisivo, nos principais acontecimentos do século, a exemplo das grandes guerras mundiais. Neste segmento, dedicam-se capítulos a fenômenos específicos desta era, como o surgimento dos tablóides e da imprensa sensacionalista, além de novos formatos, com a implantação do rádio e da televisão. Os capítulos dedicados à Espanha e América Latina analisam em primeiro lugar como se deu o desenvolvimento da imprensa moderna nestes países, destacando uma forte concentração dos meios de comunicação em vinculação com o capital privado e uma relação de tensão permanente com o poder dominante, devido à constante alternância de regimes democráticos e ditaduras. Por último, o capítulo que descreve a transição democrática derivada das ditaduras que de forma homogênea dominaram o continente a partir da década de 1960 (e no caso da Espanha, a partir do término da Guerra Civil) é certamente a contribuição mais importante do livro à história do jornalismo, destacando um registro histórico comum a estes países. Neste sentido, e a modo de generalização, durante os passos iniciais da liberalização dos regimes, os grandes meios desempenharam um papel passivo, somente passando a atuar segundo uma orientação democratizante a partir do momento em que surgiram movimentos alternativos de contestação. Em suma, o passo de uma “guerrilha de papel” a um “parlamento de papel”.

Além destas linhas gerais, o livro apresenta dois capítulos que podem ser considerados “transversais”, no sentido de que analisam fenômenos específicos do século XXI, com destaque para o controle político da informação, evidenciado na relação dos estados totalitários (nazismo, fascismo, franquismo e comunismo), e a transição para a democracia nos países do leste europeu. Nestes casos, a história entendida como forma de compreender o presente explica aos leitores o porquê de muitas críticas feitas com relação à regulamentação e ao controle da atividade profissional jornalística, atualmente em debate no Brasil. O último capítulo, a modo de epílogo, coloca o pé no que

seria o futuro do jornalismo, contando a incipiente evolução do jornalismo digital.

Resgatando o início desta resenha, a partir do estudo desta trajetória pode-se entender como o jornalismo se relaciona com seu ambiente circundante, estando condicionado e atuando em favor de ou contra os interesses políticos e econômicos de uma época. Se bem utilizado, o livro cumpre assim seu objetivo inicial de servir como manual didático, ao evidenciar estas relações e ao convidar à reflexão e ao debate do conceito moderno de objetividade jornalística. Porém, ao longo do texto, estas mesmas relações levam alguns dos autores a incorrer no não-cumprimento de um dos princípios condicionantes do livro, a limitação ao jornalismo, fazendo referências explícitas à propaganda política em outras modalidades de comunicação social. Mais que uma debilidade, este fato evidencia em um grau ainda maior o importante papel do jornalismo nas sociedades modernas e de sua indissolubilidade frente a todas as manifestações culturais. Em palavras de José Marques de Melo (2001)<sup>1</sup>, o jornalismo assume o papel de uma “forma de conhecimento que permite aos cidadãos de qualquer sociedade acompanhar, participar e influir na história do seu tempo”. Porém, ao focar basicamente os vínculos do jornalismo com a política e com os fatores econômicos, e principalmente na segunda parte, o que se apresenta é uma *história da economia do jornalismo*, com o relato exaustivo de títulos de periódicos, grupos empresariais, datas, nomes de personagens e dados de circulação. Nesta questão, identificamos uma ausência de um tratamento mais profundo de como haveria evoluído o conceito de notícia, seu tratamento e os diferentes gêneros jornalísticos, como, por exemplo, o que pode ser encontrado em *História das comunicações*, de Stephen Mitchel (1998)<sup>2</sup>. De maneira geral, se evidenciam as relações, porém não

---

1. Impasses do jornalismo na virada do milênio. *Sala de Prensa: web para profesionales de la comunicación iberoamericanos*, a. III, v. 2, nov. 2001. Disponível em <<http://www.saladeprensa.org/art290.htm>>.

2. *História das comunicações: do tantã ao satélite*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

há exemplos vívidos de como estas se produzem. Esta característica se faz mais patente quando, ao tratar da televisão e do rádio, praticamente não se descreve como se utilizaram estes meios para cumprir uma missão informativa ou como eles mudaram com o advento de uma tecnologia cada vez mais sofisticada. Nem tampouco se aborda a questão (discutível) de que os meios eletrônicos (audiovisuais e eletrônicos) em última instância poderiam estar levando o jornalismo impresso a uma morte prematura.

Também cabe destacar que o tratamento dado ao jornalismo no Brasil é um tanto superficial (ainda que curiosamente Portugal, muito mais próximo geográfica e historicamente do local de publicação da obra, não figure no livro), com fontes bibliográficas de referência limitadas. Tal tratamento deve-se em parte à limitação do número de páginas, que exigiu um esforço de síntese considerável por parte dos autores para não transformar o manual em uma enciclopédia, e ao fato de que, devido ao desconhecimento, por parte do público-alvo, do contexto histórico brasileiro, um espaço considerável é reservado a este esforço explicativo.

Como conclusão, notamos que, no que se refere a uma “história universal”, há uma absoluta predominância dos países ocidentais, especialmente dos já mencionados como referência. No caso de Espanha, incluída pelo fator da autoria, e da América Latina, pelas relações idiomáticas, históricas e acadêmicas, prevalecem as análises comparativas mais do que o relato das contribuições específicas que a tradição latina possa ter proporcionado ao jornalismo, como, por exemplo o jornalismo literário e de crônica de Gabriel García Márquez e de Mario Vargas Llosa. Cabe então perguntar se existem contribuições desconhecidas que provenham de outros universos culturais ou se o jornalismo é realmente um fenômeno puramente ocidental. Ou, como também nota Mitchel (2000)<sup>3</sup>, à parte das histórias exclusivistas do jornalismo

---

3. A call for an international history of journalism. *American Journalism Review*, v. 17, n. 2, p. 97-100, 2000.

de cada nação, uma prática freqüente nos meios acadêmicos e principalmente nos Estados Unidos, evidencia-se a necessidade de internacionalizar o estudo histórico do jornalismo, de forma que conexões, comparações e questões fundamentais que permanecem virtualmente desconhecidas venham à luz e enriqueçam este campo da pesquisa e ensino em jornalismo.

*Marcelo Sabbatini*

Mestre em Comunicação Social,  
pela Universidade Metodista de São Paulo,  
doutorando em Teoria e História da Educação  
na Universidade de Salamanca (Espanha),  
pesquisador associado do Instituto Universitário  
de Estudos da Ciência e da Tecnologia  
da mesma instituição.